CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 09/12/25
Protocolo

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
09/12/25
Cidão da Telepar
Vereador - 2º Secretário

REQUERIMENTO Nº 679 , DE 2025.
(Proponente: Vereador Policial Madril/PP)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel

REQUEIRO, nos termos que regem o art. 149, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Segurança Pública solicitando informações acerca dos procedimentos administrativos, e disciplinares adotados em razão da detenção do Guarda Municipal durante abordagem realizada na BR-277.

1. Quais foram os procedimentos adotados pela corporação imediatamente após a denúncia da vítima e a consequente detenção do referido guarda municipal?

2. A investigação interna (sindicância ou PAD) já foi formalmente instaurada? Em caso afirmativo, informar o número do processo administrativo e seu estágio atual.?

3. O agente encontra-se afastado de suas funções? Caso a resposta seja afirmativa, informe sob qual modalidade (afastamento preventivo, suspensão, realocação)?

4. A Secretaria dispõe de protocolos ou diretrizes específicos para abordagens e revista pessoal que possam ter relação com a conduta investigada? Em caso afirmativo, encaminhar cópia?

É o que Requer. Sala de Sessões.
Cascavel, 1º de dezembro de 2025.

P. Madril
Policial Madril
Vereador /PP

Justificação:

Frisa-se que a presente solicitação encontra amparo na necessidade buscar esclarecimentos referente a notícia da detenção de um guarda municipal, acusado de subtrair a quantia de R$ 10.000,00 de um cidadão durante abordagem na BR-277, configura fato grave, que demanda acompanhamento institucional e esclarecimentos formais por parte desta Casa de Leis.

Considerando que a atuação da Guarda Municipal deve observar os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e transparência, conforme artigo 37 da Constituição Federal, torna-se imprescindível obter informações oficiais acerca das medidas imediatamente adotadas

pela corporação, da instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, da situação funcional do servidor envolvido e dos protocolos operacionais aplicáveis ao caso.

A apuração célere e transparente é essencial para preservar a credibilidade da instituição perante a sociedade, zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e assegurar que eventuais desvios de conduta sejam tratados com o rigor adequado.

P. Moderal

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA